

Imprensa e luta pela terra no Pontal do Paranapanema

(1995-2002)

Paulo Ignácio Corrêa Villaça¹

O tema desta comunicação foi extraído de minha dissertação de mestrado, quando investiguei as coberturas dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* sobre a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema entre os anos de 1995 a 2002. A região do Pontal tornou-se emblemática na retomada do debate da reforma agrária no país em decorrência de vários aspectos: ocorreu no Estado considerado o mais “desenvolvido” da nação, revelou a apropriação indiscriminada de terras públicas por grandes proprietários rurais e empresas e projetou nacionalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que, aos poucos, se constituiu como o principal interlocutor na sociedade civil na luta contra a perversa estrutura fundiária brasileira. O problema agrário na região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo, remete a questões estruturais na luta pela terra no Brasil. Nas lutas de resistência contra a exploração e a expropriação, os trabalhadores foram construindo uma capacidade de organização e mobilização a favor dos seus direitos constitucionais. A história recente da luta pela terra no Pontal, envolvendo os movimentos sociais de trabalhadores rurais na luta pela democratização da terra contra o monopólio das terras devolutas apropriadas pelos “ditos” proprietários, proporcionou à grande imprensa um conteúdo muito diversificado de fatos, histórias e experiências. A grande imprensa, consolidada como espaço público coletivo, selecionou e produziu, a partir desse universo de experiências e lutas, ‘fatos’ e notícias capazes de reforçar valores e projetos, no sentido da naturalização das relações sociais vigentes no campo.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Em sintonia com o pensamento conservador dos proprietários rurais, no decorrer da década de 90, ocorreu uma campanha nacional realizada pela grande imprensa destacando que a “guerra” estava declarada no Pontal, utilizando para isso todo um processo sistemático na seleção dos aspectos que eram produzidos para o noticiário nacional. Dentro de toda uma configuração de histórias, com diversas ocupações de terras e assentamentos rurais em praticamente todos os municípios da região e a histórica grilagem de terras devolutas, esses jornais escolheram neste universo os fatos espetaculares, que poderiam ser dirigidos contra o direito de resistência dos trabalhadores.

Considerando o papel fundamental desempenhado pelos meios de comunicação de massa, em particular dos jornais, na construção da visibilidade pública das ocupações e de uma determinada forma de compreensão sobre a luta pela terra no Pontal, cabe indagar sobre quem são os responsáveis por esses jornais e quais as suas articulações, interesses e interlocutores locais e nacionais. Na região do Pontal os principais jornais em circulação estão sediados na cidade de Presidente Prudente. Um deles é o *Imparcial*, fundado em 1939 que se anuncia como “o maior jornal da região oeste do Estado de São Paulo, com circulação regular em 60 cidades”, jornal ligado a Agência Estado. O outro jornal com expressiva circulação em toda a região é o *Oeste Notícias*, criado em 1995 e que faz parte do Grupo de Comunicação Paulo Lima, juntamente com a TV Fronteira Paulista, afiliada da Rede Globo, as rádios CBN e Globo e a agência de notícias “Oeste Notícias”. Em seu *site*, o jornal se apresenta como “*um veículo de comunicação pluralista, que obedece à linha editorial de absoluta transparência sobre os fatos jornalísticos. Defende o progresso e o desenvolvimento do oeste paulista. É o porta-voz intransigente das reivindicações dos moradores de Presidente Prudente e região.*” Ainda segundo o *site*, o jornal “circula em 56

municípios da região de Presidente Prudente, que abrigam uma população de mais de 840 mil pessoas”.² Nascia, já nos anos 90, uma parceria entre as organizações Globo, onde se inclui o jornal *O Globo*, com a sua afiliada na região de Presidente Prudente, a TV Fronteira, e com o grupo de comunicação da família Lima, detentora do jornal *Oeste Notícias*, família de políticos ligada à União Democrática Ruralista (UDR).

Este conflito de terras reúne duas temáticas unidas pela histórica concentração de poder na sociedade brasileira – seja pelas fusões e articulações empresariais na área da comunicação, seja pela forma como se deu a apropriação da terra –, temos de um lado a concentração fundiária e de outro o processo de monopolização da mídia. Segundo análises divulgadas pela mídia, as empresas de comunicações estão incluídas entre os setores econômicos com maior concentração, ao lado de indústrias de chocolate, bebidas e pasta de dente, resultado de processos de aquisições e fusões de empresas. As conseqüências desse processo de monopólio da mídia ficam evidentes na programação de jornais e TVs, que não têm compromisso com princípios democráticos básicos para garantir que os conteúdos veiculados expressem as múltiplas opiniões que existem na sociedade brasileira e, portanto, pudessem criar as condições para a constituição de uma opinião pública plural e autônoma.

Em função dos meios utilizados para negociar e conceder concessões de rádio e TVs no país, que Bayma afirma que não há como deixar de se associar o termo oligarquia “*aos atuais impérios de comunicação mantidos por chefes políticos oligárquicos, que têm, inclusive, forte influência nacional. Constituindo-se em um dos traços determinantes do atual poder oligárquico nacional, a posse de estações de rádio e de televisão por grupos*

² *Oeste Notícias*. <http://www.oestenoticias.com.br/>. Acesso em: 25/09/2006.

*familiares e pelas elites políticas locais ou regionais é o que se convencionou chamar de coronelismo eletrônico”.*³

Nesse sentido, como devemos interpretar o comportamento da grande imprensa brasileira, em particular os jornais *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, em relação à luta pela terra no Pontal do Paranapanema na história recente do país? A partir de que demandas políticas, econômicas e ideológicas essa imprensa informou sobre os problemas agrários na região? A questão agrária – que define a natureza de nossa formação social capitalista e determina a concentração de poder político, econômico e cultural – ganha materialidade por meio das coberturas jornalísticas que constituem uma interpretação dessa realidade – mas a apresentam como a própria realidade – e adquire visibilidade nacional. Por isso, devemos refletir sobre o papel desempenhado pelas interpretações e representações que esses grandes jornais construíram sobre aquelas lutas e como as divulgaram para a sociedade, qual a força das opiniões que difundem e como elas influenciam comportamentos e sentimentos.

O entendimento de que esses jornais de alcance nacional seriam “acervos” dos acontecimentos sociais os credenciou no fortalecimento de uma determinada memória histórica da reforma agrária no país, tão importante para a coesão social e política.⁴ No caminho percorrido pelo fato histórico – a luta pela terra – até a produção final do noticiário

³ BAYMA, Israel Fernando de Carvalho. “A concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil”. Esse trabalho foi desenvolvido como Assessor Técnico da bancada do PT na Câmara dos Deputados em 27 de novembro de 2001. Disponível em: www.pt.org.br/assessor/CONCENTRAÇÃO.pdf. O autor retoma expressão elaborada por STADNIK, Célia. *A hipótese do fenômeno do Coronelismo Eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil*. Porto Alegre, Curso de Jornalismo, PUC/RS, mimeo, 1991.

⁴ Na medida em que “(...)a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.” Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora Unicamp, 2003, p.470.

dos jornais, reside a importância do estudo dos modos como são selecionados e elaborados os conteúdos dos fatos jornalísticos, identificando possíveis articulações políticas entre a constituição do noticiário e os embates em torno de projetos distintos. A importância dessa ação no dia-a-dia – edificando uma “opinião pública” – mantém uma relação intrínseca com a “*memória como fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes*”.⁵ Os interesses de classe na reprodução das relações de poder constituem elementos que estão presentes na disputa pela estruturação da memória social e nacional. A não divulgação daquelas lutas no Pontal pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* ou as diversas formas pelas quais as redações de ambos procuraram interpretar aquelas lutas à sua maneira, são parte de uma questão estrutural – norteadora do desenvolvimento de nossa recente democracia liberal – e revelam muito sobre o conjunto de suas intervenções no quadro político e cultural brasileiro.

O país tomou conhecimento dos acontecimentos no Pontal pela produção das coberturas jornalísticas da grande imprensa dita liberal⁶. A cobertura dessa imprensa foi um dos fatores constitutivos dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra na região, gerando e divulgando novos significados a respeito da história daquelas lutas. As matérias, reportagens, editoriais, artigos, carta de leitores apresentaram aspectos da história, como os acampamentos, as ocupações de terra, as marchas e as manifestações, as reintegrações de posse e prisões, que foram divulgados para a sociedade brasileira, sistematicamente, desvinculadas do processo de desenvolvimento da questão agrária na região. Os

⁵ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

⁶ Faço a utilização do conceito de grande imprensa liberal pensando na oligopolização dos meios de comunicação, na concentração da informação pelas grandes companhias jornalísticas. Sua legitimidade deveria estar ancorada nos seguintes princípios: vigiar o poder, aferir a opinião pública, ter responsabilidade social, garantir a liberdade de expressão.

acontecimentos eram noticiados no jornal *O Globo* nos cadernos de *O País e Opinião* e no *Jornal do Brasil* nos cadernos *Brasil e Política*, tradicionalmente os espaços dos discursos e atos do executivo, do legislativo e das articulações políticas. Esses cadernos constituem-se em espaços de tratamento das questões nacionais que os jornais consideraram estratégicas. Nesses cadernos, no enquadramento das matérias, aparece a linha editorial desses jornais, normalmente legitimadora do projeto político vigente. A luta pela terra havia entrado definitivamente na agenda política do Estado. A grande imprensa dessa forma deve ser entendida como parceira e participante do bloco histórico dominante, destacando em suas páginas a dimensão dos fatos que interessavam à coalizão de poder. Os editores são jornalistas de confiança das empresas jornalísticas, emprestando seu profissionalismo e prestígio na tarefa da conformação social.

É nesse sentido que devemos pensar o papel desses jornais na consolidação do projeto neoliberal desenvolvido pela gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso durante os dois mandatos (1995 a 2002). Quando no campo brasileiro predominava o histórico embate entre a consolidação da grande propriedade capitalista, representada no noticiário pelos grandes grupos econômicos, como os complexos agro-industriais (CAIs), os chamados *agribusiness* e a agricultura familiar, que na região do Pontal se constituiu como alternativa nos assentamentos rurais dos trabalhadores.

Os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* construíram uma realidade sobre o Pontal do Paranapanema descontextualizada da questão agrária na região, divulgando o processo da luta pela terra como “guerra declarada”, estimulada pelos trabalhadores rurais, construindo uma imagem dos mesmos como violentos, em constante conflito com a lei e o

Estado. As manchetes, títulos e chamadas, publicadas nos dois jornais ao longo dos anos pesquisados constroem uma imagem do Pontal conflagrado:

“Pontal está em pé de guerra”.

“Fazendeiros da região do Paranapanema se armam para enfrentar ofensiva de invasões anunciadas por José Rainha, líder do MST”. *Jornal do Brasil*, 25/08/1996.

“Seguranças reagem à bala tentativa de invasão de terra”.

O Globo, 6/11/1996.

“Novo confronto no Pontal deixa oito sem-terra feridos”.

Globo, 24/02/1997.

“MST invade mais uma fazenda no Pontal do Paranapanema”. *O Globo*, 10/09/1998.

“Polícia pronta para retirar sem-terra”. *Jornal do Brasil*, 28/07/2000.

“Seis pessoas são presas em acampamentos do MST”

O Globo, 29/01/2002

“Grupo é acusado de invadir fazenda e destruir galpão”

O Globo, 29/01/2002.

“Movimentos entram em conflito no Pontal”. Jornal do Brasil, 01/06/2002.

Estas manchetes dão uma pequena amostra de como esses grandes diários do Rio de Janeiro sustentaram, ao longo de quase uma década, uma divulgação dos fatos relacionados à luta pela terra no Pontal na perspectiva de criação de uma realidade social que interessava as frações dominantes locais e nacionais (fazendeiros, empresários, grandes comerciantes, juízes, advogados, religiosos e políticos). As coberturas foram sistematicamente contrárias à reivindicação dos trabalhadores rurais por reforma agrária. A grande maioria das matérias e reportagens desses jornais procuravam mostrar uma região regida pelo medo, onde os conflitos pareciam não ter fim, nem explicação histórica.

A discussão de como a luta pela terra na região do Pontal e seu debate aparece nos e pelos jornais, a intervenção da grande imprensa na construção de um consenso sobre a questão agrária no Brasil e, conseqüentemente, a formulação de uma memória social sobre os eventos vai aparecendo ao longo das coberturas jornalísticas. Os jornais diários na construção dos fatos jornalísticos procuraram apresentar constantemente, nas reportagens e matérias, os acontecimentos sociais pontuais, como ocupações de terra e prédios públicos, marchas, reintegrações de posse e prisões; os personagens sociais envolvidos, como os líderes dos sem-terra, os grandes proprietários, os delegados, os juizes e diversas autoridades do judiciário e dos executivos federal, estadual e municipal, na perspectiva predominante de informar apenas parte daquele processo.

O inventário realizado das coberturas do *Jornal do Brasil* e *O Globo* aponta para um processo de despolitização da natureza dos problemas agrários da região, elegendo no conjunto dessas histórias, o lado do espetáculo das ações diretas, principalmente as

ocupações de terras. Devemos reconhecer que o espetáculo também faz parte da dimensão dos fatos sociais e faz parte, muitas vezes, das estratégias de ação do próprio movimento social, porém esses jornais sistematicamente, produziram noticiários ressaltando apenas o lado do espetáculo. A intervenção dessa imprensa do Rio de Janeiro ao selecionar o modo como a realidade será informada, priorizou a extrema alternativa histórica das ocupações de terras, dando relevância às suas implicações criminais.⁷ A contribuição do historiador atento às demandas sociais no presente se reveste na habilidade de recuperar e inserir as diversas experiências e embates ocorridos no campo brasileiro no movimento da história, contextualizando-as em sua historicidade e evidenciando as lacunas existentes na construção dos fatos jornalísticos.

⁷ Sobre a espetacularização dos fatos, vide: GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000 e CÂMARA, Antônio da Silva. *Imprensa e movimento dos sem-terra: interpretação, revelação e ocultação dos fatos*. Disponível no endereço: <http://www.comciência.br/reportagens/agrária/agr16.shtml>